

# CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA: UMA METODOLOGIA PARA CONSTRUIR POLÍTICAS PÚBLICAS

*Maria Teresa Miceli KERBAUY<sup>1</sup>*

*Darlene Aparecida de Oliveira FERREIRA<sup>2</sup>*

*José Luís BIZELLI<sup>3</sup>*

## Resumo

O objetivo do artigo é apresentar a metodologia e os resultados alcançados com a pesquisa Políticas Públicas e Violência contra Crianças e Adolescentes em Araraquara. O diagnóstico da violência contra crianças e adolescentes foi realizado com base em dados obtidos na análise das ocorrências registradas no Conselho Tutelar e na Delegacia da Mulher, com o que pudemos identificar os territórios onde é maior o índice de violência desse tipo, sua dimensão espacial e suas causas. A escolha de Araraquara - cidade localizada na região central do Estado de São Paulo, com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes - deve-se ao fato de, apesar do baixo índice de exclusão territorial, apresentar inúmeros casos de violência contra crianças e adolescentes. A montagem de um banco de dados e a digitalização da malha urbana permitiram-nos avaliar as políticas públicas municipais para crianças e adolescentes.

**Palavras-Chave:** Violência; crianças e adolescentes; políticas públicas; geoprocessamento; territórios da violência; cartografia da violência.

## Abstract

### **Cartography of violence: a methodology to build public policies**

The objective of this article is to present the methodology and results of the research project entitled Public Policy and Violence on Children and Adolescents at Araraquara. The diagnosis of children and adolescents violence was found through the occurrences registered in the Guardian Council and in the Woman's Police station, which allowed us to identify the territories that hold the highest index of this type of violence, its physical dimension and its causes in the municipal district of Araraquara. The choice of that municipal district is due to the fact that its being located in the central area of the State of São Paulo, with a population of approximately 200 thousand inhabitants that, in spite of having a low index of territorial exclusion, it has been presenting countless of cases of violence cases on children and adolescents. The building of a database and the digitalization of the urban net made possible to evaluate public policies for children and adolescent.

**Key words:** Violence; children and adolescents; public policies; geoprocessing; territories of the violence, cartography of the violence.

---

<sup>1</sup> Professora Doutora - Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, FCL-UNESP-CAR, kerbauy@travelnet.com.br

<sup>2</sup> Professora Doutora - Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, FCL-UNESP-CAR, darlene@fclar.unesp.br

<sup>3</sup> Professor Doutor - Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, FCL-UNESP-CAR, bizelli@fclar.unesp.br

## INTRODUÇÃO

A construção de um mapa da violência contra crianças e adolescentes em Araraquara, São Paulo, foi possível ao se articularem os dados sobre as ocorrências registradas (em Boletins de Atendimento (BA) do Conselho Tutelar e em Boletins de Ocorrência (BO) da Delegacia da Mulher) aos territórios identificados como aqueles que apresentaram os maiores índices de violência desse tipo, no município. A construção da dimensão espacial da violência mostrou-se como um recurso metodológico importante para o diagnóstico e a definição de políticas públicas.

Nossos parceiros na execução do projeto<sup>4</sup> foram a Prefeitura Municipal de Araraquara, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara (Comcriar). Ao escolher esses parceiros, levamos em conta a possibilidade de integrar operacionalmente os diversos órgãos que atendem a criança e o adolescente - uma recomendação feita pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera importante a integração dos órgãos de interesse, tendo em vista o melhor atendimento do público-alvo.

As principais dificuldades encontradas para levantar e organizar as informações e traçar o mapa da violência foram a falta de uniformidade dos dados registrados e a inexistência de um retrato atualizado e digitalizado da malha municipal.

A organização e consolidação do banco de dados foi realizada com base numa série histórica de seis anos para os Boletins de Atendimento (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002<sup>5</sup>) e de três anos para os Boletins de Ocorrência (1999, 2000 e 2001).

Apesar da baixa qualidade dos dados coletados, pôde-se construir uma série histórica sistematizada que nos permitiu fazer um diagnóstico espacial e social das ocorrências de violência contra crianças e adolescentes em Araraquara<sup>6</sup>.

O mapa digitalizado da malha urbana incorporou as informações sociodemográficas do censo de 2000, para Araraquara, disponibilizadas pelo IBGE através do software Estatcart. A fim de melhor integrar os dados sobre violência e os dados censitários, considerou-se fundamental construir a malha digital dos setores censitários da cidade, o que também permitiria uma caracterização socioeconômica das áreas, com maiores índices de ocorrência.

Finalmente, a identificação espacial e a definição do perfil de atendimento das instituições cujo público-alvo são crianças e adolescentes garantiram a obtenção de um instrumental analítico adequado à construção de uma rede eficaz de atendimento à criança e ao adolescente.

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa Políticas Públicas e Violência contra Crianças e Adolescentes em Araraquara-SP foi desenvolvido no período de 2002 a 2005, com financiamento da Fapesp.

<sup>2</sup> Os dados de coleta referentes ao ano de 2002 são parciais, em virtude das mudanças havidas na sistemática de coleta adotada pelo Conselho Tutelar e da impossibilidade de uniformizar os procedimentos.

<sup>3</sup> O levantamento de dados sobre as ocorrências de violência contra crianças e adolescentes permitiu-nos mapear, sistematizar e disponibilizar em meio digital as informações resultantes, como um primeiro passo tanto para consolidar as práticas e as políticas públicas governamentais implantadas para cumprir os princípios legais hoje em vigor, como para revelar suas falhas, deficiências ou, mesmo, inexistências.

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESCOLHIDA PARA ESTUDO

Araraquara é uma cidade de porte médio, localizada na região Central do Estado de São Paulo, e que conseguiu destacar-se no interior paulista graças ao processo de desenvolvimento econômico alcançado. Com uma população aproximada de 195.000 habitantes, possui redes ativas e diversificadas de bancos, de serviços médicos, de comércio e prestação de serviços, que respondem pela demanda local, mas que exercem, também, influência no contexto regional.

Sua atividade agrícola e sua indústria sucroalcooleira voltam-se predominantemente para o mercado externo. Entretanto, apresenta espaços locais em que a pobreza e a falta de infra-estrutura são fatos marcantes, além de áreas em que se concentram trabalhadores assalariados do campo.

Os critérios de escolha do município devem-se ao fato de ser considerada uma das cidades mais ricas do país, mas que, apesar do baixo índice de exclusão territorial, tem apresentado casos de violência contra crianças e adolescentes. Acrescente-se ainda que Araraquara - onde já funciona uma penitenciária do Estado - foi escolhida, em 2001, para abrigar uma unidade da Febem.

O aumento da violência em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo tem sido potencializado pelas dificuldades que governos municipais e instituições têm encontrado para implantar políticas e programas de combate ao fenômeno, em parte devido aos recursos escassos, às deficiências de informações e, sobretudo, à ausência de ações coordenadas.

## VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O tema da violência é amplo, permite várias abordagens e deve ser considerado na sua complexidade de fenômeno social e político.

A Organização Mundial da Saúde define a violência como: o uso intencional de força física ou de poder, de fato ou em ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulta ou tem alta possibilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, má formação ou privação.

Trata-se de relações de poder baseadas em ameaças e intimidações, humilhações, constrangimentos, negligências e omissões. Assim, todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico devem ser tidos como atos violentos. "Tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade da existência" (MINAYO; SOUZA, 1999).

Segundo pesquisadores e profissionais da área, deve-se julgar como violento também aquilo que, embora não resulte necessariamente em ferimentos ou morte, apresenta-se como um grave fardo a indivíduos, famílias, comunidades e sistemas de saúde em todo o mundo. Nesse sentido, teríamos, no Brasil,

as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e por isso a violência aparece como um fato esporádico superável (CHAUÍ, Folha de S. Paulo, 14/3/99).

A violência manifesta-se de diversas formas e meios,

pode ocorrer na casa, na família, contra crianças, jovens, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais; pode se manifestar no trabalho, envolvendo patrões e empregados; pode acontecer na escola; pode ser reconhecida nas cidades: violência urbana - latrocínio, homicídio; violência no trânsito: falta de sinalização, buracos nas calçadas; violência ambiental: produção e acúmulo de lixo. Pode ser detectada no campo, nos conflitos agrários. Está no mundo, com as guerras e atentados terroristas. (Pode ser diferente. Caderno sobre Violência e Discriminação, 2002).

Segundo os cálculos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a violência custa ao Brasil 10% do PIB por ano. Em 2001, o Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu 39.461 internações hospitalares, de pessoas submetidas a agressão. O Estado é levado a investir cada vez mais recursos para conter a violência, distribuindo os custos dessa investida a todos os brasileiros. Incalculáveis, a dor e o sofrimento das vítimas de violência e de seus familiares estão presentes no dia-a-dia do país.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), as agressões podem ser de quatro tipos: física, sexual, psicológica ou relacionada à negligência. Se por um lado as tecnologias de comunicação permitiram "aproximar" as violências infligidas em todo planeta, não resta dúvida de que é no cotidiano local que se percebem as ocorrências mais dolorosas. Programas de prevenção à violência devem identificar os fatores que intensificam o risco de ocorrência em cada uma destas esferas, propondo soluções adequadas às distintas realidades locais.

São duas as esferas sociais onde a violência pode ser percebida com maior intensidade: (1) **na família e nos relacionamentos com parceiros sexuais**, nas quais os envolvidos são crianças, adolescentes, cônjuges, parceiros e idosos (sendo que a falta de cuidados específicos é vista como violência, e a violência contra a mulher, tolerada em passado recente, considerada hoje um crime); e (2) **na comunidade**, na qual as formas de discriminação potencialmente causadoras de agressões são sociais, políticas e econômicas.

Crianças e adolescentes foram, durante décadas, alvos freqüentes da violência urbana e doméstica. Um dos fatores que contribuíram para que isso ocorresse foi a percepção, culturalmente difundida, de que estas vítimas não possuíam direitos como cidadãos, ficando sempre sob a tutela da lei e da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8069, de 1990) enfrentou esta tradição cultural, para afirmar em seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

## AS ETAPAS DA CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA

A cartografia da violência em Araraquara foi elaborada com base em Boletins de Atendimento (BA) levantados no Conselho Tutelar do Município de Araraquara,

seguindo um corte cronológico que cobriu os anos de 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002. As informações retiradas dos BA foram: número do boletim; data de registro; nome da vítima (informação sigilosa); idade; escolaridade; endereço; bairro; nome do denunciante (informação sigilosa); nome da mãe (informação sigilosa) escolaridade, profissão e salário; nome do pai (informação sigilosa), escolaridade, profissão e salário; natureza do problema.

O parâmetro conceitual utilizado para o levantamento, classificação e análise das informações foi a distinção feita no *Estatuto da Criança e do Adolescente* entre crianças (aqueles com idade entre 0 e 12 anos) e adolescentes (aqueles com idade entre 13 e 18 anos).

Para o período estudado, foram coletados 842 registros de violência contra crianças e adolescentes, no município. O nosso banco de dados considerou, como registro individual, cada criança ou adolescente citado no Boletim de Atendimento como vítima de algum tipo de violência (mesmo nos boletins lavrados para mais de uma vítima e, portanto, com mais de um registro). A principal informação levada em conta para aceitar-se ou não o registro feito era a transcrição exata do endereço completo e do bairro, da vítima.

Quanto à natureza do problema, foram considerados todos os casos em que a integridade física da criança e do adolescente esteve sob ameaça e os casos em que questões educacionais, financeiras, psicológicas e de saúde estiveram em pauta.

Com essas informações, foi organizado um banco de dados na planilha Access (*Microsoft Office*). A fim de facilitar a sistematização e a espacialização, os dados foram agregados segundo categorias de análise e um conjunto de códigos especialmente elaborados para esse fim.

## **Natureza do Problema**

### **1) Dificuldades Financeiras**

### **2) Conflitos Familiares:**

- Maus tratos
- Orientação de guarda
- Abandono
- Orientação para pensão alimentícia
- Requisição de certidão de nascimento
- Impossibilidade de criação
- Abuso de autoridade
- Abandono intelectual
  - Reconhecimento de paternidade
- Fuga
  - Pedido de auxílio
  - Termo de responsabilidade
- Exploração
- Rejeição pelos pais
- Encaminhamento para instituições
- Disputa de guarda

### **3) Conflitos Psicológicos/Saúde/Sexuais:**

Cárcere privado  
Atentado violento ao pudor  
Distúrbio de comportamento/Distúrbio psicológico  
Tentativa de estupro  
Suspeita de perseguição  
Furto  
Saúde  
Desvio de comportamento  
Abuso sexual  
Agressão  
Encaminhamento ao médico  
Assédio sexual  
Mendicância  
Espancamento  
Estupro  
Suspeita de rapto

### **4) Questões Educacionais:**

Dificuldade escolar  
Requisição de vaga em escola  
Evasão escolar  
Infreqüência  
Requisição de vaga em creche  
Encaminhamento para escola

### **5) Drogadição**

O mesmo corte cronológico (os anos de 1999, 2000 e 2001) foi adotado no levantamento dos Boletins de Ocorrências, feito na Delegacia da Mulher do Município de Araraquara. Considerou-se o registro de cada criança ou adolescente citado no Boletim de Ocorrência como vítima de algum tipo de violência (mesmo quando num único boletim foi registrada mais de uma vítima).

Foram selecionados 272 registros, com base no maior número de informações constantes nos boletins, principalmente a transcrição do endereço e do bairro de residência da vítima. Foi adotado o mesmo parâmetro etário considerado na seleção dos Boletins de Atendimento, ou seja, criança vitimada com idade entre 0 e 12 anos e adolescentes com idade entre 13 e 18 anos. Os dados coletados nos Boletins de Ocorrência foram: número do BO, data da ocorrência, nome da vítima (informação sigilosa), data de nascimento, profissão, escolaridade, endereço e bairro da vítima, nome do indiciado (informação sigilosa), informações sobre o indiciado e sua relação com a vítima, natureza do problema, observações gerais. Assim como foi feito com as coletas feitas nos BA, os dados tirados dos BO foram armazenadas em um banco de dados (*Access-Microsoft Office*). Do mesmo modo, foram elaboradas categorias de análise e um conjunto de códigos para agregar as informações. Procurou-se racionalizar e tornar mais eficiente a administração do banco de dados, a fim de agilizar não apenas a sua alimentação mas também o acesso público, especialmente por parte das instituições que atendem crianças e adolescentes.

Pesquisa junto à Secretaria de Assistência Social do Município de Araraquara permitiu identificar as finalidades ECA e LOAS - e definir os tipos de atuação - de 21

instituições que atendem crianças e adolescentes na região. De acordo com a finalidade ECA, as instituições apresentam o seguinte perfil: orientação e apoio sociofamiliar (10), apoio socioeducativo em meio aberto (12), colocação familiar (1), abrigo (2), liberdade assistida (1), semiliberdade (1), internação (7). Considerada a finalidade LOAS, as instituições têm o seguinte perfil: serviço de proteção à família/adolescente (7), serviço de proteção à família (3), serviço de proteção à pessoa portadora de deficiência (6), outros (4) não-discriminados.

### *Metodologia empregada no mapeamento das informações*

Diferentes unidades de análise e distintas escalas de informação foram utilizadas para identificar as áreas de violência contra crianças e adolescentes em Araraquara.

A quadra - como unidade espacial de análise - foi a escala escolhida, já que o mapeamento dos bairros permitiu-nos observar que ocorria uma generalização e uma estigmatização irreais. O mapeamento por quadra dos eventos de violência permitiu determinar com maior exatidão - e com maior riqueza informacional - os locais problemáticos no interior de cada bairro. Para facilitar as futuras análises, sobrepusemos à malha de quadras os limites de bairros, preservando desta forma a relação entre o evento mapeado e o local da ação (o bairro).

A utilização do geoprocessamento e a obtenção da base digital, que serviu para o mapeamento dos dados coletados, deveu-se principalmente ao apoio na Prefeitura Municipal de Araraquara, que forneceu uma base digital (na época desatualizada) em formato AutoCad (dwg), pertencente ao Departamento de Planejamento.

Desta base original, constavam quadras, bairros, hidrografia, vias de acesso e ferrovia. O arquivo fornecido apresentava, no entanto, alguns problemas os polígonos das quadras e bairros não fechavam e tiveram, portanto, que ser redigitalizados; o arquivo não era georreferenciado, o que foi feito por meio de levantamento em campo por GPS; os polígonos não tinham identificadores, ou seja, a base cartográfica não apresentava códigos que pudessem estabelecer vínculos entre as informações levantadas e sua localização no espaço.

Diante de tais dificuldades e para alcançar o objetivo proposto, recorremos ao Setor de Cadastro da Prefeitura para obter uma base em papel. A codificação nessa outra base também apresentou problemas, dado que havia repetição do código de quadra em um mesmo bairro. Daí por que optamos por recodificar as quadras e bairros do município.

Além da criação dos códigos, foi necessário rever os limites territoriais dos bairros analisados, uma vez que o padrão até então adotado de definição de limites de bairro não seguia à risca o limite das quadras - a unidade sendo o lote, uma mesma quadra acabava por pertencer a mais de um bairro.

Resolvidos estes problemas, a base cartográfica foi importada para o software Geomedia Profissional<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A escolha do software Geomedia Profissional deveu-se aos seguintes fatores: custo reduzido; fácil utilização; fácil integração do banco de dados ao formato Access (mdb), software utilizado para armazenar os dados coletados em BA e BO; fácil colocação na Internet da base cartográfica inserida no Geomedia, por meio de outro aplicativo disponibilizado pelo próprio fabricante; integração automática entre bases cartográficas em projeções e escalas distintas. Desta forma pudemos integrar a base da Prefeitura em escala 1:10.000 com os limites municipais da malha municipal digital do IBGE em escala 1:250.000.

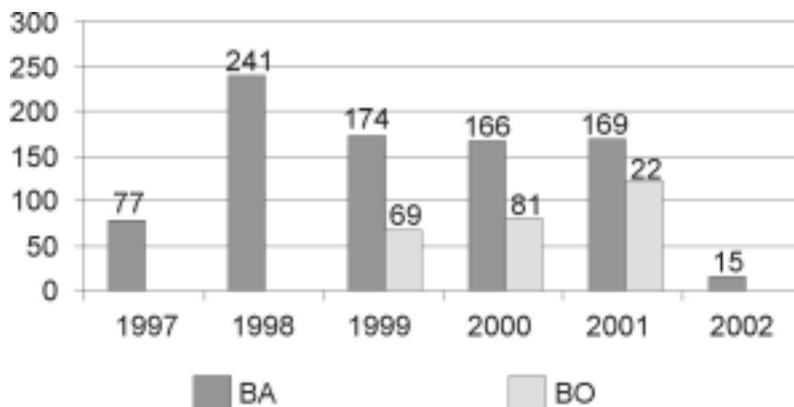
Após a inserção, no Geomedia, da base cartográfica a ser utilizada, recorremos ao auxílio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para atribuir os códigos de quadra aos registros coletados em Boletins de Atendimento e de Ocorrência, uma vez que nestes constavam apenas os endereços. Os bancos de dados dos BA e BO foram reagrupados por temas, no software Excell, sendo posteriormente inseridos em bancos de dados Access e mapeados por meio de software Geomedia.

Para a arte final dos mapas foi utilizado o software Corel Draw. A representação foi feita por meio de cartogramas coropléticos, em que a informação quantitativa é atribuída a um polígono, ou seja, o polígono é preenchido por uma cor que representa a quantidade do evento.

## RESULTADOS OBTIDOS

Com base nos procedimentos e nas definições conceituais adotados, pôde-se chegar aos resultados utilizados para compor os gráficos a seguir.

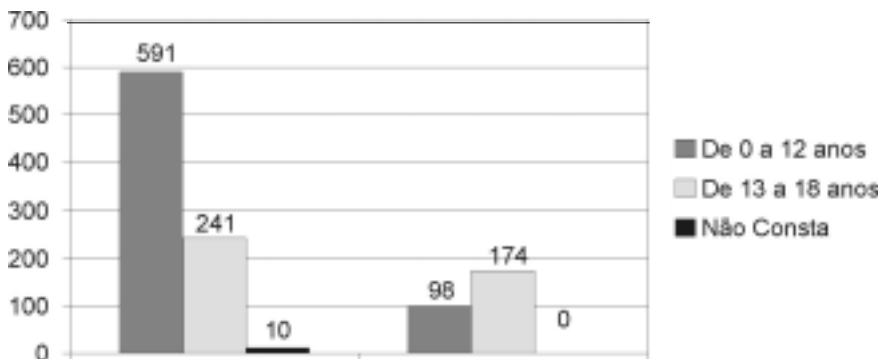
**Figura 1 - Número de boletins de atendimento (BA) e de ocorrência (BO) por ano**



Fonte: Conselho tutelar e delegacia da mulher do município de Araraquara-SP

Os dados distribuídos na figura 1 permitem observar que há uma variação nos números de atendimentos e ocorrências registrados ao longo do período estudado, fato que pode ser explicado, no que diz respeito aos dados colhidos nos BA, pelas diferentes formas como os conselheiros coletaram e entenderam se deveriam ou não ser registrados os atendimentos identificados. Também a maior divulgação pública da existência e forma de atuação do Conselho Tutelar pode ter levado a população a buscar com maior frequência, e como outra opção, a instituição.



**Figura 2 - Idades das vítimas nos boletins de atendimento e de ocorrência**

Fonte: Conselho tutelar e delegacia da mulher do município de Araraquara-SP

Os dados sobre a idade das vítimas, que compõem a figura 2, mostram que a incidência de atos violentos em relação à faixa etária das crianças vitimadas varia segundo sejam analisados os registros colhidos nas BA e nas BO. Ou seja, se nos BA, são crianças entre 0 e 12 anos as maiores vítimas de violência, nos BO os adolescentes são os mais vitimados, devendo-se ressaltar que é freqüente a própria vítima ser o denunciante, também pela independência e amadurecimento advindos da própria idade.

Essa diferença talvez possa ser explicada pelas diferentes características que assumem os atendimentos prestados na Delegacia da Mulher e no Conselho Tutelar. Enquanto o Conselho Tutelar é o espaço reservado à mediação de conflitos, a Delegacia da Mulher é o espaço, onde o fato denunciado é oficializado como crime - o que pode dar início a uma investigação da autoridade policial sobre as causas e conseqüências. A pouca confiança constantemente manifestada pela população em relação aos serviços de segurança, conforme aponta a literatura sobre o tema, talvez explique o encaminhamento das denúncias de violência contra crianças de 0 a 12 anos para o Conselho Tutelar, instituição considerada mais adequada pela população para o tratamento de questões relativas à criança.

**Tabela 1 - Escolaridade das Vítimas em Boletins de Atendimento e Boletins de Ocorrência**

Escolaridade	Número de Registros	
	BA	BO
Creche	43	0
Pré-Escola	14	0
Ensino Fundamental	368	143
Ensino Médio	15	33
Ensino Superior	0	1
Classe Especial	2	0
Analfabeto	1	0
Não Consta	400	94

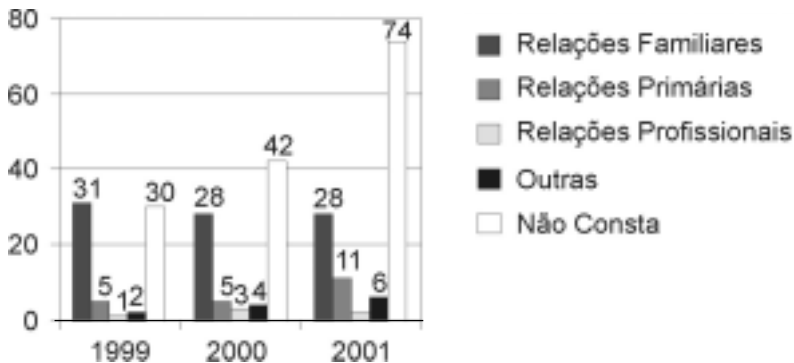
Fonte: Conselho Tutelar e Delegacia da Mulher do município de Araraquara-SP

O ensino fundamental (segundo os BA) e o ensino médio (segundo os BO) são os níveis escolares mais comumente atingidos pelas vítimas de violência - guardando uma relação direta com as faixas etárias da vítimas que, em maior número, recorrem os registros de um e outro tipo de boletim.

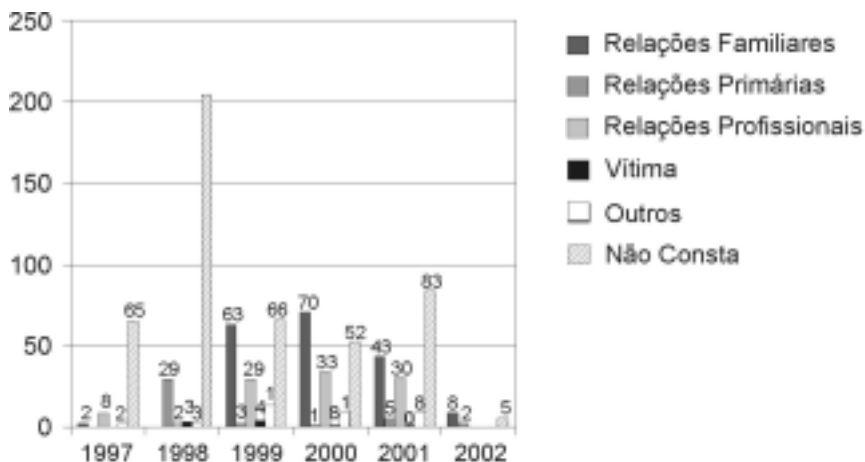
Ainda com relação à escolaridade das vítimas, o que inicialmente mais chama a atenção é a falta dessa informação - ou o descaso com ela -, tanto nos BO (34,5%) quanto nos BA (47,5%). Outro dado interessante (encontrado tanto nos BO quanto nos BA) é a grande percentagem de vítimas que frequenta ou frequentou o ensino fundamental e a defasagem escolar entre o nível de escolaridade e a faixa etária da vítima.

Se por um lado sabe-se que, nesse processo, as relações familiares (entre vítima, denunciado e denunciante) são geralmente profundas e imbricantes, é lamentável constatar o descaso e a grande falta de esclarecimento sobre os vínculos entre indiciado e vítima (nos BO, Figura 3) e entre denunciante e vítima (nos BA, Figura 4), fruto certamente do preenchimento inadequado e descuidado dos boletins. Nos registros emitidos pelo Conselho Tutelar, observa-se que, em alguns casos, foi a própria vítima quem tomou a atitude de fazer a denúncia.

**Figura 3 - Relações do indiciado com a vítima nos boletins de ocorrência, 1999 a 2001**



Fonte: Conselho tutelar e delegacia da mulher do município de Araraquara-SP

**Figura 4 - Relações do denunciante com a vítima nos boletins de atendimento, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002**

Fonte: Conselho tutelar e delegacia da mulher do município de Araraquara-SP

O detalhamento do vínculo existente entre denunciante e vítima pode ser observado na tabela 2, em que se sobressaem os vínculos familiares, primários e profissionais.

**Tabela 2 - Detalhamento dos relacionamentos dos indiciados e dos denunciadores para com as vítimas**

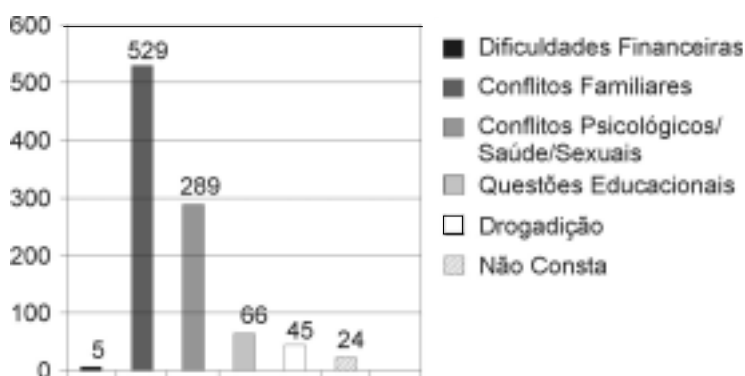
TIPOS DE RELAÇÃO	Denunciante/Indiciado
Relações Familiares	Mãe, Pai, Pais, Marido/Amásia, Tios, Padrasto/Amásio, Madrasta/Amásia, Irmão (ã), Avós, Parentes, outros.
Relações Primárias	Amigo (a), Vizinho (a), Namorado (a)
Relações Profissionais	Médico, Firma de Eventos, Professor (a), Escola, Chefe, Conselho Tutelar, Assistente Social, Secretaria da Educação, Fórum, Setor Saúde (pronto socorro, etc.), Delegacias (DDM, DIG, DIJV), Polícia
Vítima	Crianças, adolescentes
Outros	

Fonte: Conselho Tutelar e Delegacia da Mulher do município de Araraquara-SP

Quanto à natureza do problema, BO e BA apresentam diferenças de registro. Como se pode notar pela análise das figuras 5 e 6, os casos mais comumente retratados nos BO concentram-se em conflitos psicológicos, de saúde e sexuais. Nos registros dos BA, a tônica são nos conflitos familiares.

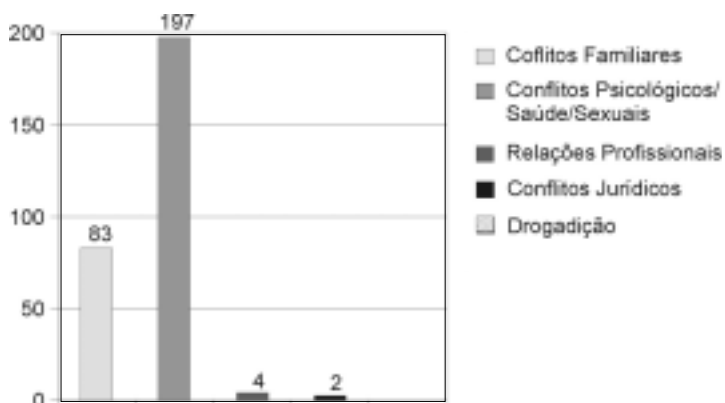
A falta de registro, em alguns boletins de atendimento, de informações sobre a natureza do problema parece confirmar o maior interesse, por parte dos conselheiros do Conselho Tutelar, pela identificação da autoria, em detrimento do detalhamento da causa que gerou a vitimização.

**Figura 5 - Natureza de problema em boletins de atendimento, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002**



Fonte: Conselho tutelar e delegacia da mulher do município de Araraquara-SP

**Figura 6 - Natureza do problema em boletins de ocorrência, 1999, 2000 e 2001**



Fonte: Conselho tutelar e delegacia da mulher do município de Araraquara-SP

Depois de caracterizada a violência contra crianças e adolescentes em Araraquara, foi possível, a partir dos endereços constantes dos BA e BO, identificar as áreas em que mais freqüentemente ocorrem atos de violência. A tabela 3 apresenta os dados levantados em boletins de atendimento, relacionados à densidade populacional dos bairros, que apontam para a maior concentração da violência em bairros da região periférica da cidade.

**Tabela 3 - Bairros com maior número de ocorrência de violência em Boletins de Atendimento**

Bairros Pesquisados (em BA´s)	1999	2000	2001	Total	Nº Habitantes	Índice de Incidências
Jardim Del Rey	4	5	1	10	130	76,92
Vila Biagioni	6	3	4	13	1.088	11,95
Jardim Maria Luiza	4	3	6	13	1.253	10,38
Parque das Hortênsias	9	11	11	31	3.185	9,73
Parque Residencial São Paulo	5	5	5	15	1.989	7,54
Vila José Bonifácio	3	2	6	11	1.560	7,05
Jardim Santa Lúcia	0	2	11	13	2.141	6,07
Jardim Brasil	4	7	15	26	4.908	5,30
Jardim Adalberto Frederico de Oliveira Roxo	3	2	7	12	2.563	4,68
Parque Residencial Iguatemi	3	3	5	11	2.686	4,10
Vila Santana	3	1	10	14	3.556	3,94
Jardim Roberto Selmi Dei	17	8	6	31	9.095	3,41
Jardim América	5	4	3	12	3.780	3,17
Parque Residencial Vale do Sol	5	3	4	12	3.790	3,17
Núcleo Residencial Yolanda Ópice	5	5	5	15	4.746	3,16
Vila Xavier	5	4	5	14	4.720	2,97
Centro	8	15	7	30	14.776	2,03
Parque Cecap*	4	4	5	13		

Obs: O índice de incidências por bairros cacula-se dividindo-se o total das ocorrências por bairros pelo número de habitantes do IBGE, multiplicando por 1000 obtem -se um índice inteiro: (total das incidências / nº de habitantes) X 1000.

\* O Bairro Parue Cecap não esta na malha do IBGE.

A classificação dos bairros pelo número de habitantes e pela classificação geográfica, permitiu-nos fazer um diagnóstico da situação de violência contra crianças e adolescentes, a partir de uma perspectiva espacial, que pode ser constituir em instrumento importante na definição das políticas públicas e na readequação dos investimentos públicos.

A malha digitalizada da cidade de Araraquara, onde foram localizados os eventos de violência contra crianças e adolescentes, pode ser observada na figura 7.

**Figura 7 – Locais com maiores registros de violência - Araraquara 2001**



Fonte: Projeto Políticas Públicas e violência contra crianças e adolescentes em Araraquara-SP.

FCL Araraquara: UNESP/FAPESP

A figura 8 mostra a distribuição espacial, em Araraquara, das instituições que atendem crianças e adolescentes. Pela localização destas instituições podemos notar que o atendimento está concentrado na região central da cidade enquanto os maiores índices de violência concentram-se na periferia do município. As finalidades destas instituições - definidas de acordo com o ECA e a LOAS - têm como referência o apoio e a proteção familiar. Os conflitos familiares foram apontados como um dos problemas de maior gravidade, nos boletins de atendimento.

**Figura 8 – Localização das instituições de atendimento**



Fonte: Secretaria de Assistência Social do Município de Araraquara

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conjunto de dados apresentados sobre a violência contra crianças e adolescentes aponta para um padrão espacial do fenômeno localizado na periferia da cidade, onde a ausência de políticas públicas é notória.

O perfil da população, as origens e as causas da violência registrada apontam para características heterogêneas de exclusão social, que não obedecem a um padrão único de segregação espacial urbana, dadas as especificidades locais, notadas em alguns bairros, especialmente no que tange à diferenciação socioeconômica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n 8065, de 13 de junho de 1990. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1997.

CHAUÍ, M. S. . Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, São Paulo, p. 3 - 3, 14 mar. 1999.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Fala, Galera**: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health**. Genova: World Helth Organization. 2002.

Recebido em agosto de 2005

Revisado em setembro de 2005

Aceito em outubro de 2005